

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Os temas desta seção são as novas falas e discursos autoritários do presidente Jair Bolsonaro e as ações de censura da extrema-direita que marcaram o mês de setembro. E também a relação de controle do governo em relação a instituições como a Polícia Federal e a Receita Federal. Por fim, traz as mudanças nas regras eleitorais aprovadas pelo Congresso Nacional e uma análise sobre a mais recente pesquisa Datafolha sobre o bolsonarismo.*

## Autoritarismo, censura e ataque aos Direitos Humanos

Mesmo em um mês em que ficou afastado por cerca de dez dias, para se submeter a uma nova operação, desta vez para reparar uma hérnia no abdômen decorrente das cirurgias realizadas devido à facada, Jair Bolsonaro não deixou de ser foco de inúmeras polêmicas e continuou protagonizando debates vexatórios com lideranças mundiais.

O centro do debate foi a resposta de Bolsonaro a uma crítica feita pela comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet, que disse que o Brasil estava perdendo espaço democrático, devido a críticas infundadas feitas por Bolsonaro às ONGs ambientalistas e a flexibilização das regras para posse e porte de armas de fogo. Criticou também o aumento da violência policial e o hiper-encarceramento no Brasil a partir de 2019, aliados ao discurso público que legitima as execuções sumárias, presente no projeto "anticrime".

Em resposta, Bolsonaro atacou grosseiramente Bachelet, dizendo que, assim como Macron, Bachelet

se intromete em assuntos internos e na soberania brasileira e se esquece que seu país só não é uma Cuba graças ao golpe militar de Pinochet, em 1973. Fez menções a mortes e torturas ocorridas no período para dar um basta à esquerda e aos comunistas, inclusive o pai de Michele Bachelet, general da brigada da Força Aérea do Chile. Alberto Bachelet, que se opôs ao regime, foi preso, torturado e morto pelo governo de Pinochet, em 1974.

Bachelet disse sentir "pena pelo Brasil", da mesma forma que o presidente francês, Emmanuel Macron, em episódio da crise diplomática entre Brasil e França devido à questão ambiental na Amazônia, disse esperar que "os brasileiros tenham logo um presidente que se comporte à altura" do cargo. As falas grosseiras e ofensivas de Bolsonaro, fazendo apologia a ditaduras militares e tortura, tornou o ambiente hostil para o Brasil no encontro da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no final do mês, em Nova York.

Na Assembleia da ONU, Bolsonaro foi o primeiro a

discursar para uma plateia ansiosa por ouvir o que o governo brasileiro tinha a propor para reduzir o número de incêndios e o desmatamento e como o Brasil contribuirá para combater as ameaças causadas pelas mudanças climáticas e cumprir as metas ambientais globais. Ao contrário do esperado, o discurso de Bolsonaro foi, mais uma vez agressivo e repleto de críticas aos governos brasileiros anteriores e aos países que se preocupam e questionam a política de desmatamento da Amazônia. Bolsonaro acusou os outros países, que “em vez de ajudar” sugerem “aplicar sanções ao Brasil sem ao menos ouvir” e atacou a imprensa internacional, acusando-a de publicar “mentiras” sobre as queimadas ocorridas na Amazônia nos últimos meses

A recepção a ele foi negativa. Em seu discurso arrogante, Bolsonaro reforçou a visão ideológica da política externa do seu governo e perdeu a oportunidade de se comprometer com desafios mundiais para combater o desmatamento e recolocar o Brasil em lugar de destaque na preservação ambiental.

Internamente, a postura antidemocrática do governo também foi evidenciada em diversos momentos. Uma declaração do filho de Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro (PSL-SP) de que “não é possível se conseguir por vias democráticas a transformação que o Brasil quer na velocidade desejada” preocupou todos os setores do governo. Ministros do Supremo classificaram o episódio de “gravíssimo”, o vice Hamilton Mourão reafirmou que a democracia é fundamental e “um dos pilares da civilização ocidental”, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu responsabilidade sobre as declarações que questionam a democracia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que a declaração merecia desprezo.

Somado a isso, a Justiça do Rio recebeu ordens para fiscalizar e apreender livros e HQ com temática LGBTQI+ na Bienal de Livros, por conta de um beijo gay em lançamento da Marvel. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, às vésperas de deixar o cargo, pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal que proibisse a apreensão dos livros na Bienal, o que foi atendido pelo ministro Dias Toffoli, com ordem para suspender a liminar que proibia a apreensão das publicações.

As ações são vistas como ameaça à liberdade de expressão, assim como as diversas falas e atitudes do atual governo, em defesa de ditaduras ou de um golpe, o que põe em risco a democracia, e são vistas como gravíssima sinalização de quebra do pacto da democracia e ruptura das regras do Estado de Direito que colocam em isolamento a família Bolsonaro.

### **Intervenção em órgãos de investigação e controle**

Em continuidade à postura autoritária e intervencionista do governo, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, foi exonerado a pedido de Jair Bolsonaro, e quem assume o cargo é Assis Ferraz Neto, auditor fiscal. A demissão do Secretário deveu-se à divulgação de um projeto de criação de imposto sobre movimentação financeira, espécie de nova CPMF, sem que o governo ainda houvesse tomado uma decisão a respeito.

A despeito da demissão de Cintra, o ministro da Economia, Paulo Guedes, a quem o Secretário da Receita Federal era subordinado e que sempre foi forte defensor da nova CPMF, não está totalmente convencido de abandonar a ideia do novo imposto e prossegue com estudos sobre as alíquotas do tributo. Quem não gostou da postura intervencionista do governo foi o mercado financeiro, que se preocupa com o envolvimento direto de Bolsonaro em assuntos da equipe econômica e ministeriais.

Quem não anda em um bom momento é o ex-juiz Sergio Moro. Depois de tomar posse com poderes de super ministro, as revelações feitas pelo site The Intercept Brasil sobre a farsa da Lava Jato ameaçam o ex-juiz Sergio Moro. A oposição conseguiu o número de assinaturas necessárias (175) para solicitar à presidência da Câmara a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue as possíveis ilegalidades na conduta dos procuradores que integraram a Operação Lava Jato. A CPI pretende apurar se o ex-juiz Sergio Moro e os membros do Ministério Público agiram com parcialidade, objetivo preestabelecido e motivação política na investigação de processos em Curitiba, e se houve conluio entre eles para obtenção de proveitos próprios e fins políticos. Os crimes que a CPI se propõe a investigar são fraude processual, prevaricação, advocacia administrativa e abuso de autoridade.

Não bastassem as revelações feitas pelo site The Intercept Brasil sobre a farsa da Lava Jato e a instalação da CPI, Sergio Moro vem sofrendo fritura por parte de Jair Bolsonaro. Vale lembrar que Moro tem sido constantemente desautorizado pelo governo, desde o desconvite à especialista em segurança Ilona Szabó, a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e a manutenção da Fundação Nacional do Índio (Funai) em seu ministério. Há ainda as recentes desautorizações, tanto nas indicações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto na demissão de Ricardo Saadi, superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, por ordem de Bolsonaro, a despeito da reivindicação de autonomia cobrada pela PF, sob alegação de que que é ele, o presidente, quem manda, e não Sergio Moro.

Saadi foi exonerado por Bolsonaro após suposto direcionamento de investigação pela PF do Rio para atingir o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro e alvo de investigações por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Moro atribuiu as polêmicas a uma 'rede de intrigas' para desgastar a relação de Bolsonaro contra ele e a cúpula da PF. O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, indicado por Moro, também esteve com o cargo ameaçado por Bolsonaro.

Sergio Moro visitou Jair Bolsonaro no hospital em São Paulo, após a cirurgia, para negociar apoio e a permanência de Valeixo no cargo, o que conseguiu. O gesto foi visto como uma vitória de Moro, que deve evitar novas rusgas com Bolsonaro.

Por fim, o pacote "anticrime" defendido por Sergio Moro contém itens que reduzem a punição a policiais que matam em serviço, como, por exemplo, o trecho que trata do excludente de ilicitude. Após a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, pela PM do Rio de Janeiro, Moro foi às redes sociais menos para se pronunciar sobre o assassinato de Agatha, mas para defender o seu projeto. A medida foi derrubada na Câmara, em meio a repercussões do assassinato da menina Ágatha, baleada no Complexo do Alemão, no Rio, na última semana do mês. O trecho foi derrubado por nove votos contra cinco.

## Reforma política e eleições 2020

Na semana de 16 a 20 de setembro, o Congresso Nacional discutiu o PL 5029/2019, que altera as regras eleitorais e de funcionamento dos partidos políticos. O projeto flexibiliza a prestação de contas e punições, além de autorizar o retorno da propaganda partidária semestral. As alterações valem para o pleito de 2020. A nova lei (13.877/19) foi sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro no dia 27 de setembro, com vetos.

Com as alterações, os partidos poderão utilizar recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral para contratar consultoria contábil ou jurídica em qualquer processo judicial de interesse do partido ou em ações que envolvam candidatos do partido. Estes gastos ficam excluídos do limite de despesas de campanha. Também poderão utilizar os recursos para pagar impulsionamento de conteúdo na internet, exceto em período eleitoral. A nova lei também vetou que fique a cargo de fundações e institutos partidários a promoção da participação feminina na política, e sim sob responsabilidade da Secretaria de Mulheres, ou de órgãos subordinados a esta, dos partidos políticos. A nova lei também dispensou aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para cargos de direção dos partidos, institutos e fundações, com remuneração igual ou superior a duas vezes o teto de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social, ou seja, remuneração igual ou maior que 11.678,90 reais.

O presidente Bolsonaro vetou trecho que estipulava a composição do Fundo Eleitoral com base no total de emendas parlamentares de bancada. Com isso, o montante de recursos do Fundo deve ser estipulado pela LDO. Também foi vetado o uso do Fundo Partidário para pagamento de juros, multas, dívidas eleitorais e punições por infração à legislação eleitoral.

Entre outros pontos, destacam-se os vetos ao retorno da propaganda partidária semestral em rádio e TV, e a possibilidade dos partidos utilizarem qualquer sistema de contabilidade e de prestação de contas.

Há articulações no Congresso para que esses vetos sejam incluídos em sessão do Congresso Nacional até o dia 4 de outubro, considerado o prazo final

para que alterações na lei eleitoral serem aplicadas já nas eleições de 2020.

### **Bolsonaristas – quem são e onde estão**

Para classificar o grau de afinidade e rejeição dos brasileiros a Bolsonaro e delimitar quem são os bolsonaristas, o Datafolha construiu uma escala baseada em seis variáveis: o voto declarado no segundo turno, a avaliação do governo e a confiança em suas palavras. O grupo dos mais afinados com Bolsonaro é formado pelos que votaram nele, aprovam seu mandato e concordam com suas declarações. Representam 12% da população. Outros 30% estão no extremo oposto: não votaram em Bolsonaro, reprovam seu governo e discordam do que ele diz. Sobram 58% que se distribuem pelas categorias intermediárias, ora apoiando, ora rejeitando falas e medidas do presidente, a depender de cada situação.

Um grupo dos 12% que constituem a base social concreta que legitima o presidente é mais masculina (51%) que feminina (10%). Sua adesão cresce conforme aumenta a idade, sendo 5% na faixa de 16 a 24 anos, 9% na de 25 a 34 anos, 12% na de 35 a 44 anos, 16% na de 45 a 59 anos, e 19% de 60 anos ou mais.

Sua presença é maior à medida que aumenta a ren-

da familiar mensal, indo de 5% entre os que possuem renda familiar de até dois salários, para 15% no grupo de dois a cinco salários e chega a 23% no de cinco a dez salários, alcançando 25% na categoria que tem renda superior a dez salários mínimos por mês. Com relação ao indicador escolaridade, os bolsonaristas são 12% entre os que tiveram o ensino fundamental, 11% entre os de nível médio e 16% entre os com educação superior. Em relação a raça/cor, 5% dos indígenas são bolsonaristas, 8% dos pretos e igual número dos amarelos, 11% dos pardos e 17% dos brancos.

Em termos ocupacionais, apenas 8% dos assalariados sem carteira e 12% dos assalariados com carteira estão no grupo. O número sobe a 19% entre os trabalhadores autônomos e atinge os 32% entre os empresários. As donas de casa e os desempregados também são menos atraídos pelo bolsonarismo radical, 8% cada, enquanto se agregam ao grupo 20% dos aposentados.

No Sul e no Sudeste 14% dos brasileiros seguem o bolsonarismo, enquanto no Nordeste sua participação é de apenas 7%. Entre católicos, evangélicos tradicionais e espíritas, 13% são bolsonaristas, seguindo a média geral. Entre os neopentecostais, 23% são bolsonaristas, e entre os sem religião 7% apenas.